

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 2 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, analisámos o relatório de gestão do exercício de 2006, preparado pelo conselho de administração e a proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual não inclui reservas.

Faço ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra-referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

(Sem assinaturas.)

2611036516

BPN — PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SGPS, L.ª

Relatório n.º 12-U/2007

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Gerência:

José de Oliveira Costa, gerente.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, revisor oficial de contas (efectivo).

Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas (suplente).

Relatório da gerência

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a gerência da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.ª, submeter à apreciação de VV. Ex.ªs o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Enquadramento económico

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao quarto trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

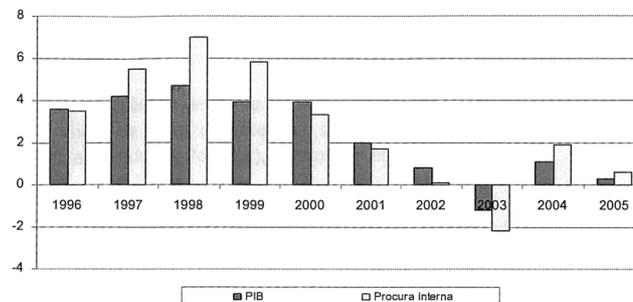
	Previsões			
	2005	2006	2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo público	1,9	- 0,2	-	0,3
Formação bruta c. fixo	- 2,6	- 3,1	-	3,9
Procura interna	6,0	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
Bal. corrente + Bal. capital (percentagem do PIB)	- 8,1	- 7,6	- 7,3	- 7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte: Banco de Portugal.

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

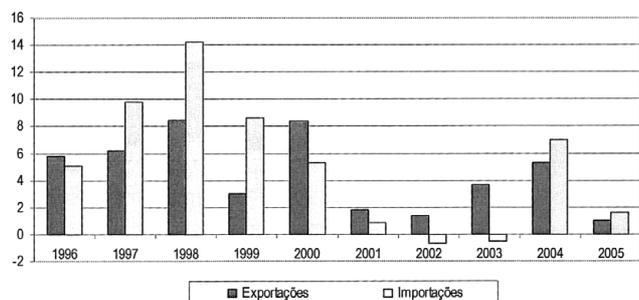
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma

taxa de variação positiva (+ 3,9%) para o total do ano, reflectindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.

As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

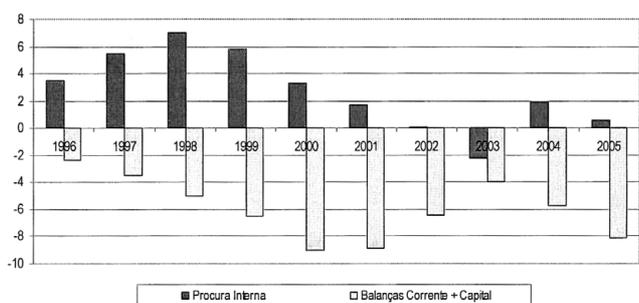


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

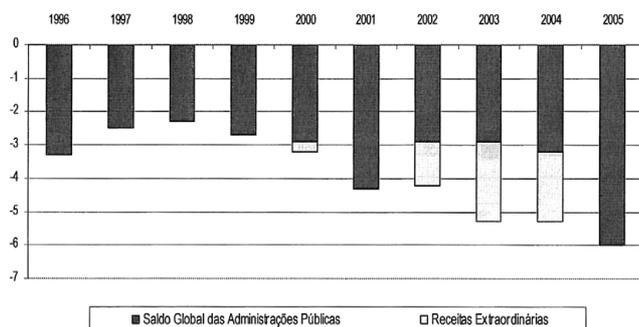
O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.



Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.

A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

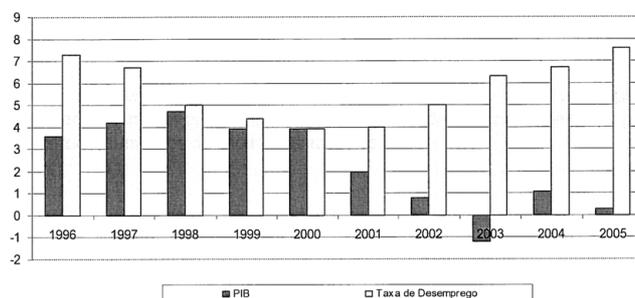
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do *stock* de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9,14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na segurança social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da segurança social.

Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3% em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21% em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3% em 2007 e em 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005 onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa.

Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

Actividade da sociedade em 2006

A sociedade desenvolve a sua actividade de sociedade gestora de participações sociais, nomeadamente no que diz respeito à definição estratégica, controlo de gestão e coordenação financeira do grupo de empresas que domina.

Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício foi positivo e ascende a 22 917 758,50 euros, originado essencialmente pelo rendimento das participações da sociedade.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Perspectivas para o futuro

No próximo exercício a actividade da sociedade passa por manter as partes de capital nas diversas empresas com actividade financeira que são participadas no final de Dezembro de 2006, podendo existir a participação em eventuais aumentos de capital das mesmas.

Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício no montante de 22 917 758,50 euros seja aplicado da seguinte forma (em euros):

Distribuição de dividendos	22 200 000
Resultados transitados	717 758,50

Adicionalmente propõe-se a distribuição do montante de 3 800 000 euros de resultados transitados.

Considerações finais

Cumprir informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a segurança social ou perante o Estado e outros entes públicos.

Lisboa, 1 de Março de 2007. — A Gerência, *José de Oliveira Costa*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006**ACTIVO****(Em euros)**

	Notas	2006			2005
		Activo bruto	Amorti- zações	Activo líquido	Pró-forma
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais		—	—	—	—
2 — Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	269 308	—	269 308	1 336 735
3 — Activos financeiros detidos para negociação		—	—	—	—
4 — Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—	—	—
5 — Activos financeiros disponíveis para venda	4	4 709	—	4 709	4 709
6 — Aplicações em instituições de crédito		—	—	—	—
7 — Crédito a clientes		—	—	—	—
8 — Investimentos detidos até à maturidade		—	—	—	—
9 — Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
10 — Derivados de cobertura		—	—	—	—
11 — Activos não correntes detidos para venda		—	—	—	—
12 — Propriedades de investimento		—	—	—	—
13 — Outros activos tangíveis		—	—	—	—
14 — Activos intangíveis		—	—	—	—
15 — Investim. em filiais, associações e empreendim. conjuntos	5	110 157 095	—	110 157 095	91 351 851
16 — Activos por impostos correntes	6	6 470	—	6 470	—
17 — Activos por impostos diferidos		—	—	—	—
18 — Outros activos	7	46 055 259	—	46 055 259	59 003 430
<i>Total do activo</i>		156 492 841	—	156 492 841	151 696 724

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Nota	2006	2005 Pro-forma
1 — Recursos de bancos centrais		—	—
2 — Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
3 — Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—
4 — Recursos de outras instituições de crédito		—	—
5 — Recursos de clientes e outros empréstimos		—	—
6 — Responsabilidades representadas por títulos		—	—
7 — Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
8 — Derivados de cobertura		—	—
9 — Passivos não correntes detidos para venda		—	—
10 — Provisões		—	—
11 — Passivos por impostos correntes	6	524 645	416 746
12 — Passivos por impostos diferidos		—	—
13 — Instrumentos representativos de capital		—	—
14 — Outros passivos subordinados		—	—
15 — Outros passivos	8	112 559 855	110 789 395
<i>Total do passivo</i>		113 084 500	111 206 141

	Nota	2006	2005 — Pro-forma
16 — Capital	9	50 000	50 000
17 — Prémios de emissão		—	—
18 — Outros instrumentos de capital		—	—
19 — Acções próprias		—	—
20 — Reservas de reavaliação		—	—
21 — Outras reservas e resultados transitados	10	20 440 583	6 765 914
22. Resultado do exercício		22 917 759	33 674 669
<i>Total do capital próprio</i>		<u>43 408 342</u>	<u>40 490 583</u>
<i>Total do passivo e capital próprio</i>		<u>156 492 841</u>	<u>151 696 724</u>

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

	Nota	2006	2005 — Pro-forma
Juros e rendimentos similares		—	—
Juros e encargos similares	11	(15)	—
Margem financeira		(15)	—
Rendimentos de instrumentos de capital	12	24 285 008	34 784 841
Rendimentos de serviços e comissões		—	—
Encargos com serviços e comissões		—	—
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		—	—
Resultados de reavaliação cambial		—	—
Resultados de alienação de outros activos	13	31 809	—
Outros resultados de exploração	14	(90)	(2 146)
Produto bancário		<u>24 316 711</u>	<u>34 782 695</u>
Custos com pessoal		—	—
Gastos gerais administrativos	15	(36 941)	(24 378)
Amortizações do exercício		—	—
Provisões líquidas de reposições e anulações		—	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidos de reposições e anulações)		—	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
Resultados antes de impostos		<u>24 279 771</u>	<u>34 758 317</u>
Impostos:			
Correntes	16	(1 362 012)	(1 083 648)
Diferidos		—	—
Resultado após impostos		<u>22 917 759</u>	<u>33 674 669</u>
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		—	—

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	—	—
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	—	—
Pagamento de juros e comissões	(15)	—
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(36 941)	(20 808)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(90)	(2 146)
Recuperação de créditos incobráveis	—	—
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>(37 046)</u>	<u>(22 954)</u>

	2006	2005
(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	—	—
Activos financeiros detidos para negociação	—	—
Créditos a clientes	—	—
Activos ao justo valor por resultados	—	—
Derivados de cobertura	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Outros activos	(6 580 979)	(6 000 000)
Fluxo dos activos operacionais	(6 580 979)	(6 000 000)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	—	—
Recursos de instituições de crédito	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	—	—
Outros passivos	1 770 460	(1 201 350)
Fluxo dos passivos operacionais	1 770 460	(1 201 350)
<i>Caixa líquida das activ. operacion. antes dos impostos sobre o rendimento</i>	<i>(4 822 627)</i>	<i>(7 224 304)</i>
Impostos pagos	(1 254 112)	(1 527 079)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<i>(6 076 739)</i>	<i>(8 751 383)</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	24 984 372	12 972 732
Aquisição de activos disponíveis para venda	—	—
Alienação de activos disponíveis para venda	—	—
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	—	—
Vendas de activos tangíveis	—	—
Aquisições/alienações de propriedades de investimento	—	—
Investimentos em empresas filiais e associadas	49 878	—
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<i>25 034 250</i>	<i>12 972 732</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital	—	—
Dividendos pagos	(20 000 000)	(3 920 000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	—	—
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	—	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<i>(20 000 000)</i>	<i>(3 920 000)</i>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(1 067 427)	301 349
Caixa e equivalentes no início do exercício	1 336 735	1 035 386
Caixa e equivalentes no fim do exercício	269 308	1 336 735

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Demonstração de alterações no capital próprio

(Em euros)

	Total	Capital	Outros instrum. de capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados líquido do período	Subtotal (antes de IM)	Interesses minorit.
Posição no início do período 1 de Janeiro de 2005 (PCSB)	<u>10 735 913</u>	<u>50 000</u>	—	<u>274 711</u>	<u>5 275 206</u>	<u>5 135 996</u>	<u>10 735 913</u>	—
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados	—	—	—	959 197	256 800	(1 215 997)	—	—
Distribuição de lucros/cobertura de prejuízos	(3 919 999)	—	—	—	—	(3 919 999)	(3 919 999)	—
Resultado líq. do período	<u>33 674 669</u>	—	—	—	—	<u>33 674 669</u>	<u>33 674 669</u>	—
Posição no fim do período 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)	<u>40 490 583</u>	<u>50 000</u>	—	<u>1 233 908</u>	<u>5 532 006</u>	<u>33 674 669</u>	<u>40 490 583</u>	—

(Em euros)

	Total	Capital	Outros instrum. de capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados líquido do período	Subtotal (antes de IM)	Interesses minorit.
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:								
Activos intang. (IAS 38)	—	—	—	—	—	—	—	—
Activos fixos tang. (IAS 16)	—	—	—	—	—	—	—	—
Periodificação de comissões (IAS 18)	—	—	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos (IAS 12)	—	—	—	—	—	—	—	—
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39:								
Valorização ao justo valor	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição no fim do período 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	40 490 583	50 000	—	1 233 908	5 532 006	33 674 669	40 490 583	—
Ajustamentos no período:								
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados	—	—	—	—	13 674 669	(13 674 669)	—	—
Distribuição de lucros/cober- tura de prejuízos	(20 000 000)	—	—	—	—	(20 000 000)	(20 000 000)	—
<i>Total dos ajustamentos no cap. próprio</i>	<i>(20 000 000)</i>	—	—	—	13 674 669	(33 674 669)	(20 000 000)	—
Resultado líq. do período	22 917 759	—	—	—	—	22 917 759	22 917 759	—
Distrib. antecipada de lucros	—	—	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição no fim do período em 31 de Dezembro de 2006	43 408 342	50 000	—	1 233	19 206 675	22 917 759	43 408 342	—

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Notas explicativas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 15 de Dezembro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras da BPN Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, serão consolidadas nas contas do BPN, S. A. com sede na Avenida de França, 680/694, 4250-213 Porto.

1 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

1.1 — Geral:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os modelos definidos pela Instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União

Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 — Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da BPN Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na nota n.º 3.

1.2 — Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCA — demonstrações financeiras proforma — nos termos previstos no IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

1.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) *Especialização de exercícios.* — A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

ii) *Activos financeiros disponíveis para venda.* — Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio reserva de justo valor até à sua venda (ou até ao seu reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente em resultados do período.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de activos estava registado como títulos de investimento.

iii) *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.* — Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo histórico, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de investimentos era classificado como participações, sendo constituídas provisões no caso de se perspectivarem perdas potenciais.

iv) *Imparidade.* — Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros apresenta sinais de imparidade.

v) *Pensões de reforma.* — A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) *Impostos correntes.* — A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando

tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal.

Contudo, é convicção da gerência da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

vii) *Impostos diferidos.* — Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

2 — Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, aplicou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Da aplicação das NCA não resultou qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras.

3 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
		Pro-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no país	—	—
Depósitos à ordem	269 308	1 336 735
	269 308	1 336 735

4 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
		Pro-forma
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais:		
Valorizados ao custo histórico	4 709	4 709

5 — Detalhe de investimentos em filiais e associadas:

Empresa	Partic. efectiva (percent.)		Valor de balanço		Capitais próprios	Resultado líquido
	2006	2005	2006	2005		
Banco Efisa, S. A.	100,00	100,00	25 518 743	21 518 743	28 806 706	3 711 184
BPN Crédito — IFIC, S. A.	100,00	100,00	63 932 159	63 932 159	84 718 203	10 219 790
BPN Gestão de Activos — Soc. Gestora FIM, S. A.	100,00	100,00	4 952 409	4 952 409	5 353 097	3 113 258
BPN Imofundos — Soc. Gestora FII, S. A.	100,00	100,00	573 600	573 600	7 536 661	5 901 187
SLN Madeira, SGPS, S. A.	100,00	100,00	250 000	250 000	5 918 799	3 929 859
BPN Madeira, SGPS, S. A.	100,00	100,00	100 000	100 000	53 884	(28 282)
BPN Participações, Ltda.	80,00	—	14 385 045	—	16 893 466	(667 443)
BPN Créditos Brasil	50,00	—	444 739	—	337 796	1 036 206
BPN Serviços, ACE	0,01	—	400	—	—	—
Soserfin, S. A.	—	100,00	—	24 940	—	—
			110 157 095	91 351 851		

6 — Activos e passivos por impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Activos por impostos correntes:		
IRC a recuperar	6 470	—
Passivos por impostos correntes:		
IRC a pagar	524 645	416 746
	<u>(518 175)</u>	<u>(416 746)</u>

O saldo da rubrica IRC a recuperar é relativo a pagamentos especiais por conta efectuados pela antiga participada Soserfin, S. A., dissolvida em Dezembro de 2006.

7 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Devedores diversos:		
SLN Madeira, SGPS, S. A. (suprimentos)	21 852 060	33 911 844
Banco Efisa, S. A.	1 000 000	5 500 000
SLN Madeira, SGPS, S. A.	103 198	3 084 754
BPN Imofundos, S. A.	5 500 000	5 523 364
BPN Crédito, IFIC	15 000 000	7 776 000
BPN Gestão de Activos, S. A.	2 600 000	3 000 000
Outros	—	207 467
	<u>46 055 258</u>	<u>59 003 429</u>
Outras contas de regularização:		
Outras operações a regularizar	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>46 055 259</u>	<u>59 003 430</u>

Os suprimentos à SLN — Madeira, SGPS, S. A., não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

8 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Credores e outros recursos:		
Sector público administrativo	9	—
Credores diversos:		
BPN, SGPS, S. A.	6 520 000	4 755 736
Banco Português de Negócios, S. A.	105 987 979	105 987 979
Outros	42 187	42 110
	<u>112 550 175</u>	<u>110 785 825</u>
Encargos a pagar:		
Outros encargos a pagar	<u>9 680</u>	<u>3 570</u>
	<u>112 559 855</u>	<u>110 789 395</u>

Os suprimentos do BPN, S. A. e do BPN, SGPS, S. A., não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

9 — Capital:

O capital social é de 50 000 euros e encontra-se integralmente realizado, sendo constituído por duas quotas, uma de 99,8%, pertença do Banco Português de Negócios, S. A., e outra de 0,2%.

10 — Outras reservas e resultados transitados:

	2006	2005 — Pro-forma
Outras reservas:		
Reservas legais	274 712	274 712
Outras reservas	959 197	959 197
	<u>1 233 909</u>	<u>1 233 909</u>
Resultados transitados:		
Aprovados	19 206 674	5 532 005
	<u>20 440 583</u>	<u>6 765 914</u>

Os movimentos ocorridos nestas rubricas encontram-se reflectidas na demonstração de alterações do capital próprio.

11 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos:		
De outras instituições de crédito	15	—

12 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	24 285 008	34 784 841

13 — Resultados em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Resultados de alienação de outros activos		
	—	—
Ganhos em investimentos em filiais	31 809	—
	<u>31 809</u>	<u>—</u>

14 — Ganhos e perdas operacionais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Encargos e gastos operacionais:		
Outros encargos e gastos operacionais	—	2 146
Outros impostos:		
Impostos indirectos	90	—
	<u>(90)</u>	<u>(2 146)</u>

15 — Gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Publicidade e edição de publicações	—	202
Serviços especializados	33 320	20 555
Outros serviços de terceiros	3 621	3 621
	<u>36 941</u>	<u>24 378</u>

16 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Do exercício	1 362 011	1 083 648
Correcção de exercícios anteriores	1	—
	<u>1 362 012</u>	<u>1 083 648</u>

A carga fiscal tem o seguinte desdobramento:

Descrição	2006	2005
Resultado antes de impostos	24 279 771	34 758 317
Artigo 60.º CIRC — Lucros sociedades não residentes	4 964 876	3 967 063
Artigo 46.º CIRC — Dividendos	(24 285 008)	(29 810 163)
Artigo 60.º CIRC — Crédito de imposto	(4 974 678)	—
Pagamentos por conta	(837 366)	(665 652)
Pagamentos especiais por conta	(1 250)	—
Liquidação fiscal	524 645	416 746

17 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe:

	2006	2005 — Pro-forma
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos	(15)	—
Investimentos em filiais, associadas, empreendimentos conjuntos:		
No país	24 285 008	34 784 841
Resultados de alienação de outros activos:		
Ganhos em investimentos em filiais	31 809	—
	<u>24 316 802</u>	<u>34 784 841</u>

A Gerência, José de Oliveira Costa. — O Técnico Oficial de Contas, Rui Pedro Fernandes.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 156 492 841 euros e um total de capital próprio de 43 408 342 euros, incluindo um resultado líquido de 22 917 759 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da Gerência da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas

Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (NCA'S), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segu-

rança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 1.2 das notas explicativas, em 2006 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 2 das notas explicativas.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2007. — J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pela gerência de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o relatório de gestão da gerência e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das notas explicativas.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão da gerência, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela gerência.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2007. — O Fiscal Único, J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da} (adiante também designada por BPN PF), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 156 492 841 euros e um total de capital próprio de 43 408 342 euros, incluindo um resultado líquido de 22 917 759 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade da gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da BPN PF, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

i) A verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação;

ii) A apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

iv) A apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 incluem participações de capital no valor global de 14 929 784 euros que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais das contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal.

Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 1 de Março de 2007. — BDO, bdc & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Aleixo Dias*.
2611040400